

CONSTRUÇÃO PESADA

IMPRESSO
Impresso fechado.
Pode ser aberto pela ECT

Publicação mensal
junho de 2015
ano 12 – número 136



Foto Divulgação

Ponte sugere dez alterações para aprimorar a lei de licitações

**SICEPOT**
Sindicato da Indústria
da Construção de Estradas,
Pavimentação e Obras
de Terraplenagem em geral
no Estado do Rio Grande do Sul

Tatsch considera superada a politização das PPPs e concessões

EDITORIAL

É preciso resgatar a confiança do setor

Uma série de informações desenhadas, segundo as quais por falta de recursos seria iminente a paralisação das obras do Dnit no Rio Grande do Sul, deixou o setor da construção pesada apreensivo quanto à sobrevivência de suas empresas. Como se já não bastassem os atrasos nos pagamentos relativos a obras já executadas, que somam hoje cerca de R\$ 250 milhões, a paralisação dos trabalhos da duplicação da BR-116, que reúne 10 empresas do estado; do Contorno de Pelotas; e da BR-290 agravaria sobremaneira o equilíbrio econômico-financeiro das afiliadas.

Felizmente, simultaneamente à palavra do ministério dos Transportes, o novo superintendente regional do Dnit, Hiratã Pinheiro da Silva, assegurou a continuidade dessas obras, o que muito nos conforta. Para completar, nesse mesmo dia foi anunciado o novo Programa de Investimento em Logística (PIL) do governo federal, que contempla rodovias gaúchas e pode prenunciar novos tempos.

Precisamos agora resolver a questão das pendências relativas aos

pagamentos dos débitos do Dnit com as empresas que remontam a setembro do ano passado. Acreditamos que em meio aos bons augúrios provocados pelo novo PIL, o governo se apresse em zerar suas pendências com o setor, até porque o sucesso do novo programa de concessões vai depender muito dessa relação entre o governo federal e as empresas. Sem o resgate dessa confiança entre o setor público e os empresários, muito dificilmente será levado adiante esse monumental investimento em infraestrutura pretendido pelo Planalto.

De outra parte, é preciso que além dos R\$ 700 milhões a serem investidos pelo Dnit no estado em 2015, o que vai representar uma queda de R\$ 400 milhões em comparação ao ano anterior, o governo do estado cumpra também a sua parte. Até o mês de maio, o Daer injetou um total de R\$ 50 milhões em rodovias, o que representa um número insignificante para a malha do Rio Grande do Sul. É preciso que seja garantido pelo menos cerca de R\$ 450 milhões, a partir deste mês até o final do ano, para que o sistema rodoviário do

estado não venha a sofrer uma forte deterioração, comprometendo ainda mais a sua economia.

Além de medidas que possam contribuir para o aumento dos investimentos, a nossa expectativa é de que o governo do estado aproveite o momento em que governo federal deve ultimar os detalhes sobre o novo PIL, para lançar também o seu programa de PPPs e concessões.

Sem dinheiro para reduzir o déficit acumulado na área de infraestrutura, o Rio Grande do Sul parece não estar vendo outra saída senão recorrer às PPPs para ao menos tirar do papel algumas obras tidas como inadiáveis. A PPP é um mecanismo graças ao qual o poder público e a iniciativa privada podem rachar a conta em projetos considerados prioritários. Isso pode ser visto até como uma espécie de tábua de salvação, não somente para o estado, mas também pelas empresas do setor de infraestrutura que estão pouco menos do que vegetando por falta de bons contratos.

Nelson Sperb Neto

Presidente do SICEPOT-RS



Praça Osvaldo Cruz, nº 15 – cj. 1414
90.038-900 - Porto Alegre/RS
Fone: (51)3228-3677
Fax: (51)3228-5239
E-mail: diretoria@sicepotrs.com.br

Publicação mensal

Presidente

Nelson Sperb Neto

Vice-Presidente

Cylon Fernandes Rosa Neto

Diretor Administrativo-Financeiro

Nilton Scapin

Diretores Executivos

Aloísio Milesi

Caetano Alfredo Silva Pinheiro

Edgar Hernandez Candia

Jandir dos Santos Ribas

Julio Carlos Comin

Odilon Alberto Menezes

Ricardo Lins Portella Nunes

Valdir Turra Carpenedo

Conselho Fiscal

Titulares

Alexandre César Beck de Souza

Everton Andreetta

Roberto Leitão dos Santos

Suplentes

Carlos Englert

Carlos Alves Mees

Renan Schaeffer da Silva

Delegados – Representantes junto à FIERGS

Titulares

Humberto César Busnello

Ricardo Lins Portella Nunes

Suplentes

André Loiferman

Paulo Eduardo Nunes Ponte

Produção e Edição

Matita Perê Editora Ltda.

Av. Chicago, 92

Fone (51) 3392-7932

Editor – Milton Wells

mwells@terra.com.br

Editoração

Lavoro C&M

Fone (51) 8210-2460

Tiragem: mil exemplares

LINCK



Porto Alegre: 51 2125-5355
Caxias do Sul: 54 3225-2410
Passo Fundo: 54 3327-4611
www.pesa.com.br

INFRAESTRUTURA

Lista de rodovias incluídas no pacote foi entregue em reunião do Consetrans

A inclusão das rodovias gaúchas no pacote de concessões federais foi um dos pleitos encaminhados ao ministro dos Transportes, Antônio Carlos Rodrigues, pelo secretário dos Transportes e Mobilidade, Pedro Westphalen, durante reunião extraordinária do Conselho Nacional de Secretários de Transportes (Consetrans).

O secretário também pediu ao ministro que avalie a possibilidade da construção da Ferrovia Norte-Sul se iniciar também pelo Rio Grande do Sul, o que considerou de "fundamental importância na retomada da economia do estado".

Os estados manifestaram apoio aos planos do Ministério dos Transportes de ampliar as concessões de rodovias e ferrovias federais. O Consetrans defendeu ainda a autorização, pela ANTT, de novos investimentos por parte dos concessionários nas rodovias federais já concedidas, de modo a solucionar gargalos estruturais no

sistema. Por unanimidade, o conselho decidiu pela impossibilidade de devolução das estradas abrangidas pela MP 82 para os estados, que alegam não ter condições de absorver os custos de manutenção das rodovias atualmente sob a responsabilidade da União.

"Não temos condições financeiras de assumir os custos de manutenção dos 1,9 mil quilômetros abrangidos pela MP", declarou Westphalen. A intenção dos estados agora é trabalhar conjuntamente com o ministério pela edição de uma nova Medida Provisória prorrogando o prazo.

Outro tema em debate foi a participação dos estados na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). O ministro dos Transportes confirmou que o governo federal iniciará em julho o repasse de recursos da Cide aos estados. A previsão é de que um montante de aproximadamente R\$ 600 milhões seja liberado em 2015. Conforme previsto em lei, es-



Foto Divulgação

Pedro Westphalen, secretário dos Transportes e Mobilidade

ses recursos terão que ser aplicados pelos estados obrigatoriamente na infraestrutura de transportes. Os recursos são repassados aos estados exclusivamente para aplicação em obras de infraestrutura. Conforme as projeções, o Rio Grande do Sul terá aproximadamente R\$ 122 milhões para investir nesse período.

Durante o evento "Os desafios da Infraestrutura do estado:

Transportes, Mobilidade e Matrizes Energéticas", promovido pelo Iladas, Westphalen reiterou a intenção de encaminhar projetos de parcerias público-privadas e concessões, sem preconceito com a iniciativa privada. A uma pergunta da plateia sobre as PPPs, o secretário respondeu que sem a definição do Fundo Garantidor, a perspectiva é impossível.

Diagnóstico parcial do Daer aponta danos estruturais em 30 pontes

Pelo menos 30 obras de artes especiais, como pontes e viadutos, sob jurisdição do Daer, necessitam de intervenções em função de danos em suas estruturas, apontou uma vistoria conduzida pela Superintendência de Obras de Arte Especiais (SOA). Iniciado em novembro de 2014, o trabalho avaliou um total de 317 obras especiais de um total de 850. "Garantir a segurança é o nosso objetivo final. Por isso estamos interditando as estruturas que, segundo o diagnóstico, necessitam de reparos", informou Ricardo Moreira Nuñez, diretor-geral do Daer. Entre as pontes interditadas preventivamente foram incluídas as do Arroio Morrinhos, na ERS-484, e a do Rio Capivarí, na ERS-507.

De acordo com Nuñez, estão sendo capacitados pelos profissionais da SOA os engenheiros responsáveis pelas 17 superintendên-

cias regionais da autarquia. Dessa forma, eles estão aptos a realizar uma avaliação prévia e comunicar à sede casos de suspeita de danos nas estruturas. Uma vez comprovados esses danos, os especialistas se deslocam para vistoriar as obras de arte que representam maior risco. "Graças à colaboração dos superintendentes conseguimos otimizar os diagnósticos, porque não dependemos só dos engenheiros lotados em Porto Alegre", afirmou Nuñez.

De acordo com o dirigente, grande parte dos danos às obras de arte especiais é causada pelo excesso de peso dos veículos. Isso ocorre especialmente no caso de caminhões bitrens, que chegam a ultrapassar em 400% o peso permitido no trecho. A fiscalização é realizada pelo Comando Rodoviários da Brigada Militar (CRBM) em conjunto com o Daer.

Vistorias

Total: 850

759 pontes

91 viadutos

Avaliações realizadas: 317

273 pontes

44 viadutos

Estruturas apontadas (superintendentes): 116

115 pontes

1 viaduto

Estruturas que necessitam de intervenção:

30 pontes

(Com dados da assessoria de imprensa do Daer)

INFRAESTRUTURA

Bastam retoques para aprimorar a r

O Congresso não precisa voltar a zero para propor uma nova legislação para a matéria. Bastaria alguns retoques para evitar as distorções atuais, afirmou o empresário Luiz Roberto Ponte durante seminário sobre a revisão da Lei Geral de Licitações (8.666/1993), organizado pelo Fórum de Infraestrutura das Entidades de Engenharia do RS, juntamente com o Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul (Senge-RS), em 22 de maio.

"Mais de 50% da carga gigantesca de tributos que existe no Brasil são gastos por meio de uma lei de licitações, que é utilizada até mesmo para aquelas compras que não precisam abrir concorrência", disse Ponte. "Isso mostra o grau de relevância desse instrumento e por que devemos preservar."

Ao referir-se ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), o empresário questionou a lógica e a conveniência de dois regimes jurídicos distintos com o idêntico objetivo de instituir as normas para as licitações.

De acordo com ele, não se pode modificar pontos fundamentais, essenciais à preservação dos princípios constitucionais e do interesse público, para resolver problemas de demora nas contratações públicas, "atribuídos, de forma equivocada, à infame acusação de que tais postergações são devidas à complexidade" da Lei 8.666. "Isso é uma verdade, pois sabemos que as



Foto Divulgação

Ponte: "Não se pode modificar pontos essenciais à preservação dos princípios constitucionais e do interesse público, para resolver problemas de demora nas contratações públicas"

causas principais dos atrasos nas contratações se devem à falta de projetos corretos e ao descumprimento da Lei, que judicializa as licitações no país."

Ao detalhar os fundamentos constitucionais que balizaram a lei 8.666, Ponte destacou o inciso 21 do artigo 3 da Constituição – cujo caput consigna o princípio da publicidade como obrigatório na administração pública, redigido por ele com a ajuda do também então constituinte Fernando Henrique Cardoso: "Igualdade de condições a todos os concorrentes".

Desse dispositivo derivou a Lei 8.666 como regulamentação da Carta para substituir o Decreto-Lei 2.300 objeto de uma rebelião de construtores no governo Fernando Collor contra os abusos cometidos no direcionamento de obras durante o processo de licitação. Citou ainda o princípio que trata da obrigação de pagamento às empresas contratadas e a manutenção das condições efetivas da proposta e exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Entre os retoques sugeridos, ele deu ênfase à desclassificação de propostas com preços inexequíveis, o que considera um ponto crucial a ser acrescido à nova lei. Mencionou ainda a inclusão de dispositivos capazes de consertar a desobediência da lei no cumprimento das obrigações do órgão público, um dos quais o pagamento. "O governo deve pagar as empresas em 30 dias, ponto final", disse.

Ponte lembrou que, mesmo com toda a relevância da matéria de que trata, o RDC foi resultado "de conversão em lei

AMMANN
**Grupo
Betunel**

a nova lei das licitações, afirma Ponte

de texto colocado artificialmente em uma Medida Provisória após superficial análise, sob o equivocado e enganador argumento de que era para agilizar as obras da Copa”. Como contraponto, o ex-deputado observou que a Lei 8.666, antes de aprovada, consumiu “dois anos de debates com toda parcela da sociedade envolvida na busca da eliminação dos processos corruptores que eram utilizados nas contratações governamentais”.

Um dos princípios essenciais de uma lei de licitações, ressaltou Ponte, “é a existência prévia de um projeto com o competente orçamento, condição essencial para que a sociedade possa julgar se, pelo valor a ser gasto, o objeto da licitação deve ser a prioridade do governo, e se vai ser pago um preço correto por ele”.

É um projeto bem feito e bem orçado que produzirá obras de maior qualidade e fará o governo ganhar tempo e gastar menos na sua execução. É o projeto prévio com o devido orçamento que pode definir claramente o objeto da licitação e impedir que a sua contratação seja feita por preços abusivos ou inexequíveis. É o projeto correto que impede os proponentes de apresentar propostas irresponsáveis e intencionalmente com preços abaixo dos custos para vencer a licitação, por saber que depois poderá elevá-los mediante aditivos escusos para suprir as lacunas, as falhas ou a falta do projeto prévio, concluiu. Ao todo, o ex-deputado apresentou 10 sugestões de aprimoramento de dispositivos da lei atual, “com o objetivo de evitar distorções atuais, por lacunas, vetos presidenciais, más interpretações ou maus desejos”.

TCU fiscalizará obras com recursos do BNDES no exterior

Foto Divulgação



O maior objetivo da nova lei em debate no Congresso Nacional é criar artifícios para dar maior transparência às licitações, de modo a evitar fraudes como as apuradas pela operação Lava Jato, afirmou o deputado Luis Carlos Busato (PTB-RS), sub-relator da Comissão, na abertura do seminário. Outra preocupação, segundo ele, é impedir a aplicação de recursos do BNDES em empresas de outros países, onde é proibida a fiscalização do TCU. “Queremos mudar a lei para que esses recursos sejam fiscalizados pelos brasileiros e não pelo país local, como ocorre agora.”

MESA DA COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Presidente – Carlos Marun (PMDB/MS)

1º Vice-presidente – Júlio Lopes (PP/RJ)

2º Vice-presidente – Fábio Mitidieri (PSD/SE)

3º Vice-presidente – Celso Maldaner (PMDB/SC)

Relator – Mário Heringer (PDT/MG)

Relator-parcial – Luiz Carlos Busato (PTB/RS)

Relator-parcial – Osmar Serraglio (PMDB/PR)

O QUE É PLS Nº 559/2013

O Projeto de Lei do Senado nº 559/2013, que institui uma nova legislação sobre licitações e contratos administrativos, prevê a revogação das Leis 8.666/1993, principal norma aplicável às licitações hoje, e a 10.520/2002, do pregão, além dos artigos 1 a 47 da Lei 12.462/2011, que criou o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

Aprovado em 2011, o RDC é usado na contratação de obras para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Em 2012, ele passou a valer também para ações do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, além de obras e serviços na Saúde.



Tauron Equipamentos



INFRAESTRUTURA

Secretário Cristiano Tatsch consi a politização das PPPs e concessões

Os projetos de parceria público-privada (PPP) prioritários para o estado devem incluir as áreas de transportes, saneamento, irrigação, segurança e prédios públicos, segundo informou o secretário do Planejamento e Desenvolvimento Regional, Cristiano Tatsch, em reunião do Conselho de Infraestrutura (Coinfra) da Federação das Indústrias no Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs). Para Tatsch, um dos principais fatores que podem viabilizar as PPPs no estado "é o amadurecimento de forças políticas sobre a necessidade das concessões e das Parcerias Público-Privadas". Nesse sentido, ele narrou um episódio ocorrido durante o PPP Summit 2015, evento que ocorreu em São Paulo, de 19 e 20 de maio, com a presença de secretarias de estado, construtoras, concessionárias, empresas de tecnologia e equipamentos e instituições financeiras.

Depois de sua apresentação, ele foi indagado por um jovem de uma empresa



Foto Divulgação

Tatsch: "A ideia do governo do estado é constituir um escritório para trabalhar todas as concessões e as PPPs"

de consultoria que contou sua experiência em 2013, quando esteve no estado, na tentativa de formalizar PPPs de água com empresas locais em dois municípios. Segundo o executivo, o governo do estado colocou um grupamento da Brigada Militar para acompanhá-lo junto com seus colegas, sob a justificativa de evitar constrangimentos. Além disso, eles também foram notifica-

dos pela Procuradoria Pública do estado de que seriam ouvidos sobre o assunto. Não bastassem esses fatos, os jornais dos municípios que seriam visitados publicaram matéria do governo do estado contra as PPPs. Após referir esses episódios, o executivo perguntou ao secretário: "Gostaria de saber se isso mudou ou continua igual?". Sem esconder sua surpresa com o ocorri-

do, o secretário explicou que mudou o ambiente no Rio Grande do Sul. "Hoje existe maior consciência sobre a importância das concessões e das PPPs e o debate político está praticamente superado."

A ideia do governo do estado é constituir um escritório para trabalhar todas as concessões e as PPPs. Para esse escritório seria contratada uma empresa de

Priori Locações e Vendas

Grupo **MAKENA**

JCB

A casa da JCB | (51)3373.1111 | www.makena.com.br

Considerada superada as dificuldades no RS

consultoria para em curtíssimo prazo estabelecer etapas para a constituição das PPPs, o que contaria com R\$ 5 milhões de recursos do Banco Mundial.

Um item considerado crucial na montagem de projetos de longo prazo, como as Parcerias Público-Privadas (PPPs), o Fundo Garantidor tem como objetivo servir de garantia contratual ao mesmo tempo que assegura a viabilidade

do empreendimento. Para a constituição desse fundo, segundo o secretário, ainda não há definições.

A base do Fundo deverá levar em conta princípios fundamentais como a capacidade de sua execução do ponto de vista fiscal, eficiência na gestão do risco e efetividade no papel de subsidiar o programa de PPPs na entrega de serviços e bens para o Rio Grande do Sul.



Fundo garantidor é item considerado crucial na montagem das PPPs



Mantomac®
máquinas, peças e serviços

Pernambuco contrata consultoria externa para PPPs

O estado de Pernambuco, por intermédio de decisão de seu Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas, decidiu contratar consultoria externa para desenvolver e melhorar o programa de PPPs estadual. O Conselho

Gestor aprovou a contratação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) "para a realização de estudos que promovam o aprimoramento do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas". O valor do contrato é de R\$ 1,3 milhão.

Banco Mundial lança curso gratuito e online sobre PPPs

O Banco Mundial divulgou o programa de curso online focado no tema das parcerias público-privadas (PPPs) cuja finalidade é apresentar os princípios fundamentais sobre o modelo de contrato e o seu papel na prestação de serviços públicos.

O programa tem duração de 4 semanas, consumindo de 2 a 4 horas semanais, será ministrado em inglês e foi organizado em quatro partes: (i) O papel das PPPs para reduzir as

necessidades de infraestrutura; (ii) As metodologias para a tomada de decisão adequada sobre seleção e priorização de projetos; (iii) Os mecanismos de diálogo e negociação com o setor privado; e (iv) A implementação dos projetos e gestão dos contratos.

O curso contará com 8 instrutores de diversos países, sendo que um deles é o brasileiro Marcos Siqueira, que foi o diretor da Unidade de PPP de Minas Gerais.

Só um gigante no setor pode oferecer uma linha tão completa de produtos focados 100% em compactação e pavimentação.

O Grupo Fayat expande suas operações na América Latina e consolida sua posição de líder em compactação, bem como na construção e pavimentação de estradas, com um portfólio de produtos que atende a qualquer necessidade. Nossas usinas de asfalto, pavimentadoras, fresadoras, recicladoras e compactadores são projetados e fabricados com a mais alta tecnologia mundial. Nossos clientes também contam com redes de serviços, amplo estoque de peças originais, suporte técnico e distribuidores em todo o mundo.

BOMAG

Uma só marca,
muitas soluções.



MARINI

Usinas de asfalto e solos.
Tecnologia de última geração.



BOMAG MARINI LATIN AMERICA

Rua Com. Clemente Cifali, 530 | Distrito Industrial Ritter
Cachoeirinha/RS | Brasil | CEP: 94935-225
Fone: +55 (51) 2125 6677 | Fax: +55 (51) 3470 6220
www.bomagmarini.com

